



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**ACÓRDÃO N° 2.973**

**NATUREZA DO FEITO:** Processo n.º 13.498.2000-00-TCE(C/04 anexos).  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Bujari-AC, exercício de 1999.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor João Edvaldo Teles de Lima.  
**RELATOR:** Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Aplicação de Multa. Notificação.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **em destaque**, pela aplicação de multa ao Senhor João Edvaldo Teles de Lima, no valor de **R\$ 714,00** (setecentos e quatorze reais), nos termos insertos no Art. 89, incisos I e II, da LCE nº 38/93, c/c o Art. 139, inciso II, do RI-TCE/AC (Resolução nº 30/96), a ser recolhida em favor da Fazenda Pública Estadual no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser corrigida monetariamente após decorrido o prazo assinalado. Após as anotações de estilo, **notifique-se** o interessado para desta decisão tomar conhecimento. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros José Augusto Araújo de Faria e Francisco Diógenes de Araújo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 11 de Dezembro de 2003.

  
Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Presidente do TCE/ACRE.

  
Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Relator

Fui presente:

  
**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do M.P.E/TCE/AC.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**

Este documento foi Publicado no Diário Oficial do  
Estado do Acre nº **8.719** de **30/01/2004**, à(s)  
fl. (s) nº **07**.

**EUCLIDES CAVALCANTE DE ARAÚJO BASTOS**  
Secretário das Sessões, em exercício

**PROCESSO** : 13.498.2000-00 c/ 04  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas da Prefeitura Municipal  
de Bujari-AC, exercício de 1999  
**RESPONSÁVEL** : Senhor João Edvaldo Teles de Lima.  
**RELATOR** : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

## **RELATÓRIO**

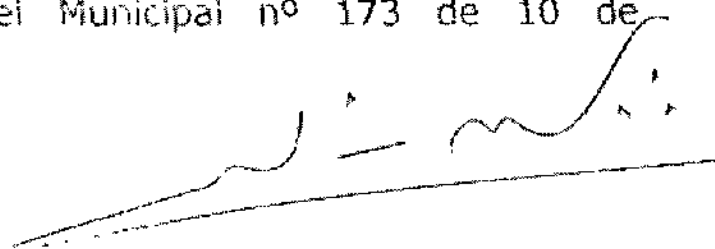
Trata o presente processo da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Bujari, exercício de 1999, de responsabilidade do Senhor **JOÃO EDVALDO TELES DE LIMA**, Prefeito do aludido município, encaminhada tempestivamente a esta Corte de Conta, em conjunta com as contas da Câmara de Vereadores.

Entretanto a luz do entendimento deste Tribunal, de que a prestação de contas do poder Legislativo Municipal deve ser objeto de julgamento, enquanto às da Prefeitura deve ser objeto de parecer Prévio, dito processo foi registrado e autuado em separado, cuja análise ficou a cargo da 2ª IGCE que produziu o relatório técnico de **fls.277/299** e posteriormente o relatório complementar de **fls.362/363**, dando conta de todo o apurado.

A auditoria da Corte se manifestou por sua Ilustre Auditora, Dra. **Marilda Maia de Souza**, que apresentou o Parecer de **fls. 305//307**.

Consubstanciado no Relatório Técnico acostado às **fls. 277/299** e Relatório Técnico Complementar de **fls. 362/363**, bem como o Parecer de **fls. 305/307**, da Auditoria, podemos concluir:

1. Orçamento do exercício de 1999 foi aprovado através da Lei Municipal nº 173 de 10 de





*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

dezembro de 1998, que estimou a receita e fixou a despesa em **R\$-2.919.425,00** (Dois milhões novecentos e dezenove mil e quatrocentos e vinte cinco reais), sendo afetivamente arrecadado o valor de **R\$-2.415.767,63** (Dois milhões, quatrocentos e quinze mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos), inclusive com o saldo do exercício anterior, que foi na ordem de **R\$-80.819,93** (oitenta mil, oitocentos e dezenove mil e noventa e três centavos).

2. A despesa fixada inicialmente em **R\$-2.919.425,00** (dois milhões novecentos e dezenove mil e quatrocentos e vinte cinco reais), foi efetivada em **R\$-2.229.687,75** (Dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos).
3. O Balanço Patrimonial (ativo real líquido), apresenta resultado inconsistente, em consequência da incorreção apontada na análise das variações patrimoniais, bem como incorreções na elaboração de Leis e Decretos, em não mencionarem qual a origem dos recursos creditados no orçamento.
4. Pela análise preliminar ficou evidenciado o cumprimento das disposições constitucionais pertinentes à **manutenção e desenvolvimento do ensino** (art. 212, da CF e 197, da CE), vez que o município aplicou o equivalente a **28,98%**, das receitas provenientes de impostos e transferências

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma linha horizontal decorativa na base.



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

5. Com relação aos recursos do **FUNDEF**, ficou comprovado que o Município descumpriu a norma constitucional inserta no **art. 60, do ADCT-CF**, e o **art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96**, quando aplicou **58,02%**, dos **60%** da previsão legal, na remuneração com os **Profissionais do Magistério**, enquanto **40,89%** dos recursos foram gastos com outras despesas. Vale ressaltar, que dos recursos do **FUNDO**, foi apresentado um saldo de **R\$-6.151,48** (Seis mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos), que corresponde a **1,09%**, que se aplicado na remuneração dos Profissionais do Magistério naquele exercício, não atingiria o percentual legalmente previsto, ou seja, **60%**.
6. Os Gastos com pessoal, ficou aferido em **57,21%**, percentual abaixo do limite máximo permitido pela **LCF nº 96/99**, que para o exercício analisado era de **60%**. Já em relação remuneração do Prefeito e de seu Vice, pela análise preliminar foi constatado o descumprimento da **E.C. 19/98**, visto haver pagamento de verbas de representação proibida pela norma legal (§ 4º do art. 39 da CF).

Instado a se manifestar a respeito das falhas e ilegalidades apontadas, o gestor apresentou a defesa, de **fls. 313/316** e acostou novos documentos às **fls. 317/358**, que embora intempestiva, veio esclarecer alguns pontos, que de certa forma foram aceitos pela análise técnica.

Entretanto, permaneceram inalterada a irregularidade tida como de natureza grave, ou seja, a defesa não conseguiu esclarecer porque não aplicou os recursos



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

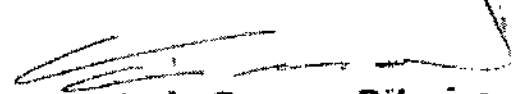
mínimos exigidos na remuneração dos profissionais do magistério, ficando também sem justificativa, as falhas acerca dos créditos adicionais e relativa à gestão fiscal, apenas acenou com a perspectiva de corrigi-las futuramente.

Diante de toda a análise, a Auditora da Corte, sugere a emissão de Parecer Prévio, considerando Irregulares as Contas apresentadas.

Remetido os autos ao MPE, este se manifestou por seu ilustre Procurador, Dr. **Mário Sérgio Neri de Oliveira**, às fls. 371.

É o Relatório.

Rio Branco – Acre 11 de dezembro de 2003.

  
**Cons. Valmir Gomes Ribeiro**  
Relator



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**PROCESSO** : 13.498.2000-00 c/ 04  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas da Prefeitura Municipal  
de Bujari-AC, exercício de 1999  
**RESPONSÁVEL** : Senhor João Edvaldo Teles de Lima.  
**RELATOR** : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

**CONCLUSÃO E VOTO**

Visto, analisado e discutido o presente processo, e ainda consubstanciado no Relatório Técnico de fls. **277/299, 362/363** e Parecer da Auditoria de fls. **305/307**, e ainda o Parecer do MPE, às fls. **371**, considerando que embora instado para defesa, o gestor atendeu o chamamento, mas que permaneceram inalteradas as falhas e irregularidades apontadas pela análise, e em tudo mais que dos autos constam, concluo votando, pela emissão de **Parecer Prévio**, considerando **IRREGULARES** as Contas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Bujari, exercício de 1999, de responsabilidade do **Senhor João Edvaldo Teles de Lima**, nos termos do **art. 51, inciso III, alínea "b" da LCE nº 38/93**, face o descumprimento da norma constitucional inserta no **art. 60, do ADCT-CF** e **art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96**, por não haver aplicado os recursos necessários com a remuneração dos **Profissionais do Magistério**.

Em destaque, pela aplicação de multa ao Senhor **João Edvaldo Teles de Lima**, no valor de **R\$-714,00** ( Setecentos e quatorze reais), nos termos inserto no **art. 89, incs. I e II da LCE nº 38/93, c/c o art. 139, incs. II, do**



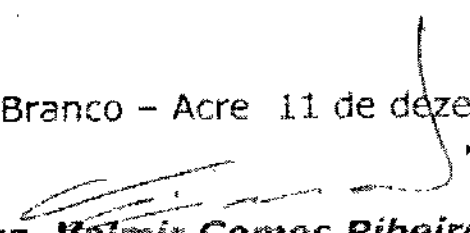
*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**RI-TCE/AC** (Resolução nº 30/96), a ser recolhida em favor da Fazenda Pública Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser corrigida monetariamente após decorrido o prazo assinalado.

Após as anotações de estilo, pelo encaminhamento dos autos, a Augusta Câmara Municipal de Bujari, antes porém, notifique-se o interessado, para desta decisão tomar conhecimento.

É como voto, Senhor Presidente, e Senhores Conselheiros.

Rio Branco - Acre 11 de dezembro de 2003.

  
**Cons. Valmir Gomes Ribeiro**  
Relator